

A ECONOMIA PSICOPOLÍTICA E A ECONOMIA DA FELICIDADE: REPENSANDO CONSUMO, RENDA E MEIO AMBIENTE

The Psychopolitical Economy and the Economics of Happiness: rethinking consumption, income and the environment.

Marcelo de Carvalho Azevedo Anache

Doutor em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (UFRJ)
Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Contábeis e de
Administração de Empresas (FCCA) da Fundação
Técnico-Educacional Souza Marques (FTESM), Rio de Janeiro, Brasil
anache1976@gmail.com
 <http://orcid.org/0000-0002-8291-576X>

Luiz da Costa Laurencel

Doutor em Engenharia de Produção (UFRJ)
Professor Associado da Faculdade de Administração e Finanças (FAF)
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil
luizlaurencel@gmail.com
 <http://orcid.org/0000-0002-6167-5648>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

Com o intuito de dar continuidade ao aprofundamento dos estudos transdisciplinares, o presente artigo contempla as possíveis complementaridades entre a Economia Psicopolítica e a Economia da Felicidade. Por ambas reunirem elementos que possibilitam uma nova episteme no tratamento do consumo, da concentração de renda e da devastação do meio ambiente, pretende-se, através delas, propor uma visão não ortodoxa para o relacionamento dos agentes econômicos. A economia psicopolítica visa, através da tomada de consciência dos sujeitos em rede em relação à qualidade emancipatória ou não dos estados mentais que são autorizados a serem fonte de referência para a capacidade de julgar, restabelecer a comunicação, permitindo construir formas de re-harmonização das condições de existência e, possibilitando, assim, alcançar um maior nível de bem-estar. Por sua vez, os estudos da economia da felicidade enfatizam a abordagem de uma realidade social altamente complexa e dinâmica, onde o modo de pensar dualista se revela pobre e incompleto dada a existência de infinitos matizes de cores entre as pontas do espectro formado pelos fatos. Os argumentos propostos por essas duas epistemologias oferecem contribuições de reflexão metodológica pluralista e para além do modo de pensar dualista.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Psicopolítica. Economia Psicopolítica. Economia da Felicidade. Consumo. Meio ambiente.

ABSTRACT

This article addresses the possible complementarities between the Psychopolitical Economy and the Economics of Happiness to deepen transdisciplinary studies. Both bring together enable elements to a new episteme regarding the treatment of consumption, the concentration of income and the devastation of the environment. This study proposes an unorthodox vision for the relationship of economic agents. The psychopolitical economy aims at creating awareness of subjects in the network concerning the emancipatory quality of mental states authorized to be a reference source for the ability to judge, reestablish communication. This process allows them to build ways of re-harmonizing existence conditions and, thus, making it possible to achieve a higher level of well-being. On the other hand, the economics of happiness studies emphasize the approach of a highly complex and dynamic social reality, where the dualistic way of thinking proves to be poor and incomplete given the existence of infinite shades of color between the ends of the spectrum formed by the facts. The arguments proposed by these two epistemologies offer contributions to a pluralistic methodological reflection that goes beyond the dualist way of thinking.

KEYWORDS: Psychopolitical Theory. Psychopolitical Economics. Economics of Happiness. Consumption. Environment.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem transdisciplinar é relativamente nova na história do conhecimento humano. O termo foi usado pela primeira vez pelo filósofo e psicólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) no seminário internacional sobre pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade que ocorreu na Universidade de Nice, na França, em 1970, quando ele disse que:

[...] à etapa das relações interdisciplinares, podemos esperar ver sucedê-la uma etapa superior que seria “transdisciplinar”, que não se contentaria em encontrar integrações ou reciprocidades entre pesquisas especializadas, mas situaria essas ligações no interior de um sistema total, sem fronteira estável entre essas disciplinas (1970 apud SOMMERMAN, 1999, p. 2).

Nas palavras de Jean Piaget fica implícito que transdisciplinaridade é o caminho para ultrapassar as disciplinas e construir pensamentos globais, ou seja, um conhecimento que atenda o mundo e as coisas de maneira mais ampla e nem sempre objetiva.

Ao mencionar a palavra “transdisciplinar”, Piaget daria início a uma série de estudos que culminaria na transdisciplinaridade. Mais tarde, outros estudiosos como Edgar Morin, Niels Bohr, Werner Heisenberg, C.P. Snow, entre outros, começariam a introduzir a transdisciplinaridade em suas pesquisas, mostrando a necessidade de expandir os campos do saber.

A Carta da Transdisciplinaridade (MORIN; NICOLESCU; FREITAS, 1994) elaborada pela UNESCO no 1º Congresso Mundial de Transdisciplinaridade, realizado no Convento de Arrábida, Portugal, em 1994, vem tratar da transdisciplinaridade como um conceito que contempla, não apenas as questões educacionais, mas também as diferentes facetas das relações humanas, conforme será abordado.

O sociólogo francês Edgar Morin, um dos membros do comitê de redação da Carta, ao lado de Basarab Nicolescu e Lima de Freitas, é hoje conhecido mundialmente por ser um dos maiores pesquisadores sobre estudos transdisciplinares e por buscar e promover diálogos entre as diferentes ciências.

A partir desta perspectiva transdisciplinar, sublinhando que o termo transdisciplinaridade ainda provoca certo estranhamento, mesmo com a criação de centros específicos sobre transdisciplinaridade¹, o objetivo aqui é demonstrar relações de

¹ Como é o caso do CETRANS – Centro de Estudos Transdisciplinares – no Brasil, criado em 1998 com a finalidade de reunir pesquisas e reflexões sobre a epistemologia, metodologia e antologia da transdisciplinaridade, além de apresentar criações e projetos transdisciplinares nos vários campos do conhecimento. Ver <http://cetrans.com.br/site/>.

complementaridades entre o estudo da Teoria Psicopolítica, através da Economia Psicopolítica, e da Economia da Felicidade. Entende-se que ambas as abordagens servem para se alcançar um melhor conhecimento do comportamento dos indivíduos nas relações de consumo, felicidade e preservação do meio ambiente.

No que tange à transdisciplinaridade e ao estudo da psicopolítica, Evandro Vieira Ouriques (2017b, p. 312) criou em 1984 um centro de estudos transdisciplinares na Escola de Comunicação da UFRJ, e desde então o coordena, o que resultou na criação da Teoria Psicopolítica e cuja aplicação em relação às economias políticas é a Economia Psicopolítica, alerta que:

(...) a psicopolítica é a chave transdisciplinar sinérgica, pois somente o estudo transdisciplinar pode atualmente reunir os resultados muito significativos obtidos pelas ciências humanas e a filosofia ao longo da história, para uma efetiva ecologia de saberes que viabilize da emancipação. Pois se os Estados-nação foram e são construídos para controlar os seres humanos axiomáticamente percebidos como agressivos, as teorias contemporâneas da linguagem permitem reconhecer que as dinâmicas de socialização reais estão nas capacidades cognitivas e afetivas de solidariedade inscritas em sua constituição antropológica como seres de linguagem.

É assim que a Teoria Psicopolítica (OURIQUES, 2014; 2017a; 2017b) demonstra que é através da tomada de consciência dos sujeitos em relação à qualidade emancipatória ou não dos estados mentais (no sentido não-platônico) que cada um deles autoriza em rede a ser fonte de referência para a capacidade de julgar (POULAIN, 2017), restabelecer a comunicação, entendendo a condição comunicacional do ser humano, permitindo assim construir formas de re-harmonização das condições de existência nas formas de vida que se mostraram e se mostram à exaustão decididamente deficientes e amplamente conhecidas, possibilitando alcançar um maior nível de bem-estar dos psiquismos e instituições.

Esta é a questão central da Teoria Psicopolítica: superar a obediência, pois a insistência na crítica aos processos de dominação não resultou na emancipação que se esperava. No caso da barbárie neoliberal, o ser humano opta por ser servo por sua própria deliberação, por sua vontade prometeica de modernidade empreendedora. O que interessa, portanto, é que a emancipação é 'o operador da vontade do sujeito' (...), pois a liberdade é a "potência do agir" (...), a potência expansiva que demanda que o ser humano apoie-se em outros para expressá-la, processo que lhe oferece ou o caminho da força do convencimento e ou da força da comunicação. Trata-se portanto do fato de que estabelecer a justiça e a injustiça das ações depende da capacidade de exercer a vontade individual, o que só é possível de fazer em rede, à qual se dirigem as operações psicopolíticas, e assim de superar os estados mentais do orgulho, da ambição e da vaidade que configuram a 'guerra de todos contra todos' da

superbia vitae hobbesiana; e, assim, de confirmar uma retidão no psiquismo e nas instituições, ou seja, na vida pessoal e na ordem social, pela qual é possível a construção de figuras de felicidade, vale dizer, da felicidade que instituiu o ser humano em sua condição comunicacional, vale dizer como ser de linguagem na escuta da voz da mãe. É por operar a partir da verdade desta condição de predisposição é que as operações psicopolíticas são capazes de produzir globalmente a mentira (OURIQUES, 2017b, p. 279-280).

É desta maneira que a Economia Psicopolítica, a partir da Teoria Psicopolítica, irá lançar suas lentes, por exemplo, sobre os problemas das políticas de redistribuição e seus respectivos limites. Pois, através da proposta de uma abertura às epistemologias não-hegemônicas (OURIQUES, 2011), ela pretende auxiliar acadêmicos, lideranças sociais e organizacionais a impedir a continuidade do triunfo da mentalidade da devastação econômica e ambiental.

Já com respeito à Economia da Felicidade, as investigações em relação à felicidade sugerem que as avaliações individuais são muito mais abrangentes do que as contempladas pela teoria econômica convencional. Ainda mais importante, mostram que os indivíduos retiram utilidade não só da renda (como está implícito na maior parte da teoria comumente aceita), mas também de relações sociais altamente valorizadas e da autodeterminação, assim como da utilização das suas próprias competências. Além disso, os indivíduos retiram utilidade de processos, não apenas de resultados. (FREY, 2008)

Nesta perspectiva, a segunda e terceira seções deste trabalho abordarão as principais questões da Teoria Psicopolítica e da Economia da Felicidade, respectivamente, lembrando que Teoria Psicopolítica distingue-se das demais abordagens que tratam da psicopolítica por não ser um discurso moralista sobre o mundo, não ser um pensamento crítico apenas em relação ao capitalismo neoliberal, mas em relação a todos os regimes de servidão, não supor que as operações psicopolíticas sejam algo recente, e aplicar o veneno como vacina, daí ser a via de emancipação frente aos referidos regimes de servidão, que são, todos, operações psicopolíticas, ou seja, operações mentais, no território mental do psiquismo e das instituições (OURIQUES, 2017b, p. 26-27). A quarta e quinta seções tratarão então da Economia Psicopolítica e da Economia da Felicidade, enfatizando seus principais pontos de contato, bem como complementaridades, visando uma nova episteme no tratamento do consumo, da concentração de renda e da devastação do meio ambiente. Ao final, uma conclusão resumirá as principais questões trabalhadas.

2 A PSICOPOLÍTICA COMO VIA DA EMANCIPAÇÃO

Segundo Ouriques (2017a, p. 311), a psicopolítica, assim, pode ser entendida,

(...) como a via de emancipação dos estados mentais da ignorância, do ódio e da ganância, que instauram e sustentam os regimes de servidão generalizados que produzem a acumulação histórica de crises econômico-políticas repetidas, não apenas nas formas capitalistas.

A palavra emancipação significa o processo psicopolítico no qual os agentes da sociedade libertam-se gradativa e cumulativamente, com o exercício da força de vontade, dos estados mentais que caracterizam o regime de servidão, comandado pelos Estados-nação, e a servidão voluntária, quando um sujeito transfere para o outro o seu poder (OURIQUES, 2017a).

Assim sendo, a única via de emancipação adviria do conhecimento dos processos psicopolíticos, que configuram a qualidade emancipatória ou não da capacidade de julgar dos psiquismos e instituições. É através deles que se pode tomar consciência, por exemplo, do discurso contra algum tipo de “eles”, isto é, como se “eles” (os “capitalistas”, “patrões”, “elite”, “classe política”, “Estado”, “pai”, “família”, “cônjuge”, etc.), fossem a fonte do “apenas mal” e que aquele que instaura e sustenta tal discurso a fonte do “apenas bem”.

A questão aí enraizada é o conhecimento e a compreensão pela perspectiva referente ao objeto, ou seja, pelos métodos científicos de terceira pessoa, assim como pelo método experimental, que inclui o sujeito da observação no processo de conhecer e compreender o objeto. Desta forma, observa-se que o que existe são culturas e mentalidades de servidão aprisionadas nos comportamentos, podendo proporcionar frequentemente atitudes fascistas.

Ainda de acordo com Ouriques (2017a, p. 314), “toda experiência humana é a combinação do psíquico com o político”. O “político” se materializa na capacidade humana de criar, fixar e dissolver realidades através dos estados mentais (pensamentos, afetos e percepções) que o sujeito autoriza em rede a ser a fonte de referência para sua capacidade de julgar. Assim sendo, é possível considerar o aspecto político sustentado pelos estados mentais, ou seja, dentro da psicologia, bem como a psicologia dentro do político.

Afinal, o que é o estado mental de servidão? São os estados mentais que configuram a ruptura do ser humano como ser de linguagem, isto é, é o seu distanciamento da constituição antropológica. Como esclarece Ouriques (2017a), esses estados mentais podem ser enumerados como:

a) da ignorância de que somos seres de linguagem, portanto que somos seres de comunicação;

b) do ódio que advém da ausência da comunicação, na qual os atos da fala independem de sua verdade e;

c) da ganância com a qual o sujeito tenta interpor objetos e situações entre ele e o que passa a experimentar como a “lacuna sinistra” e a ameaça de nela precipitar-se.

Outra característica importante da teoria psicopolítica é que ela está baseada epistemologicamente no não-dualismo, portanto na superação do dualismo. Conforme expõe Ouriques (2017a, p. 317-8), “o dualismo é o oposto da condição humana de organizar-se na experiência de tornar-se diferente, de tornar-se alteridade na experiência da semelhança com sua mãe”. Ou seja, a cultura ocidental do dualismo, gera, conseqüentemente, uma cultura do narcisismo, onde:

A única coisa que interessa às individualidades é circunscrever o território medíocre de sua existência ao gozo predatório, à custa dos corpos dos outros, tratando aqueles como sendo anônimos e sem rosto (BIRMAN, 1996, p. 131).

Desta forma, o dualismo quebra o sentido da antropologia filosófica de linguagem do filósofo e sociólogo alemão Arnold Gehlen, que entende o ser humano como um ser marcado pela comunicação, aberto para o mundo, dado sua condição de ser de carências, só possível de serem atendidas na relação com o outro, frente ao outro. Portanto, compreende-se que a teoria psicopolítica está ancorada em um novo fundamento epistemológico, o não-dualismo.

É assim que a teoria psicopolítica elucida como ocorre o processo de dominação e, portanto, a condenação dos psiquismos e instituições aos já citados estados mentais da servidão. Desta forma, a emancipação depende do exercício psicopolítico da construção de uma cultura de comunicação.

Uma importante forma de melhor compreender a importância da experiência da comunicação é justamente enxergar a sua negação. Neste sentido, a importante obra de Wilhelm Reich, alerta para as estruturas biopsíquicas dos indivíduos:

(...) é necessário considerar três níveis diferentes da estrutura biopsíquica. Estes níveis da estrutura do caráter são (...) depósitos, com funcionamento próprio, do desenvolvimento social. No nível superficial (...), o homem médio é comedido, atencioso, compassivo, responsável, consciencioso. Não haveria nenhuma tragédia social do animal humano se este nível superficial da personalidade estivesse em contato direto com o cerne natural profundo [aquele, digo eu, entendido no sentido das referidas ontologias não-essencialistas, do qual emerge e no qual se dá a referida ‘voz da mãe’]. Mas, infelizmente, não é esse o caso: o nível superficial da cooperação social não

se encontra em contato com o cerne biológico profundo do indivíduo; ela se apoia num segundo nível de caráter intermediário, constituído por impulsos cruéis, sádicos, lascivos, sanguinários e invejosos (...) (REICH, 1988, p. 10).

Ouriques (2017a) adverte que o ressurgimento do fascismo é proporcional ao esquecimento da teoria social de obras como a de Reich e da própria literatura do Império, por exemplo aquela a respeito da guerra psicopolítica, pois elas comprovam à exaustão e há tanto tempo a indissociabilidade entre o psíquico e o político, entendimento que permite superar a suposta essência hobbesiana do ser humano, cuja legitimação pela teoria social e filosofia hegemônicas leva os indivíduos e grupos a experimentarem uma sociedade que reitera todo o tempo a impossibilidade de convivência solidária – ou seja, de experimentar a solidariedade que serve de alicerce para a comunicação, este outro nome da distribuição da riqueza e da preservação do meio ambiente.

3 A ECONOMIA DA FELICIDADE

O ser humano, movido pela necessidade de responder ao seu anseio de descobrir o novo e, para isso, de medir tudo o que está ao seu redor, cria e recria ideias e práticas, como é sabido, ao longo do tempo. Em meados de 1947, por exemplo, o surgimento do indicador Produto Interno Bruto (PIB) disseminou mundialmente o uso de indicadores econômicos para medir o progresso de um país. Já a partir da década de 1960, ascende nos Estados Unidos uma nova mentalidade, que buscava deslocar o foco de aspectos meramente econômicos para contemplar parâmetros que pudessem aferir o bem-estar da população – nasciam, então, os “indicadores sociais”.

Nesse contexto, surge na década de 1970 um novo indicador sistêmico, desenvolvido no reino do Butão – um pequeno país localizado na Ásia – com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB). O FIB procura medir o progresso da sociedade a partir dos seguintes domínios: padrão de vida, educação, saúde, governança, cultura, vitalidade comunitária, resiliência ecológica, uso equilibrado do tempo e bem-estar psicológico. Destarte, esse indicador vem se desenvolvendo, e sua aplicação tomando proporções mundiais.

No Brasil, já se pode observar as primeiras iniciativas para a implantação deste medidor de desenvolvimento² por parte da equipe Instituto Visão Futuro, liderada pela

² O conceito de desenvolvimento é mais qualitativo, pois inclui as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, violência, condições de

monja hinduísta Susan Andrews. Susan já desenvolveu uma versão brasileira do questionário que subsidia a medição do FIB, mas esta ainda é aplicada em projetos-piloto no Estado de São Paulo (cidades de Angatuba e Itapetininga). Susan Andrews afirmou, em uma entrevista à Folha Uol (2010), que o FIB não é meramente um indicador: “é também um catalisador de mudança, um processo de mobilização social em prol do bem-estar coletivo e do desenvolvimento sustentável [...] visado o bem-estar de todos”.

A Economia da Felicidade investiga os fatores por trás da felicidade das pessoas, usando não apenas conceitos e ferramentas da economia, mas também da sociologia, da ciência política, e, especialmente, da psicologia. Os estudos em Economia da Felicidade são fundamentalmente empíricos e baseados em *surveys* (pesquisas de opinião) sobre o nível de felicidade das pessoas: a relação entre as características econômicas, sociais e demográficas – entre outras – e o nível de felicidade reportado pelos entrevistados, que é analisado estatisticamente, para que se compreenda o que torna alguns indivíduos mais felizes do que outros (com técnicas de econometria, por exemplo) (NERY, 2014).

Apesar de novo, o campo conta com contribuições de acadêmicos importantes. Vários estudos em Economia da Felicidade se baseiam em trabalhos de vencedores do Prêmio Nobel em economia, como Daniel Kahneman, Amartya Sen e Gary Becker. O professor Bruno Frey, um dos principais expoentes da área, é listado entre os cinquenta economistas mais influentes do mundo, à frente de macroeconomistas conhecidos. Assim, o ramo vem se consolidando como uma área emergente, cada vez mais distante de ser apenas uma mera curiosidade.

4 A ECONOMIA PSICOPOLÍTICA E A ECONOMIA DA FELICIDADE: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA NOVA EPISTEME

Dentro do paradigma dominante da ciência econômica, uma das suas muitas definições cita que sua preocupação é com o estudo do melhor uso alternativo de recursos escassos, dada as necessidades ilimitadas. Pois bem, seriam as necessidades ilimitadas? Por fim, o principal indicador de riqueza dos países é o PIB (Produto Interno Bruto). Seria este indicador o mais apropriado?

saúde, alimentação, transporte, educação, higiene e moradia). Em suma, é possível afirmar que desenvolvimento econômico é algo que combina crescimento (aumento da renda per capita) com distribuição de renda (BRESSER-PEREIRA, 2017).

Segundo Mankiw (1999, p. 484) o PIB “é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em dado período de tempo”. Como índice de riqueza, mede tanto a renda total da economia quanto a despesa total com bens e serviços, contudo sua validade como indicador de bem-estar é intensamente contestada. Nesse sentido, o PIB não se caracteriza como um indicador perfeito de bem-estar, pois não contempla alguns fatores que contribuem para uma vida satisfatória, como o lazer. Conforme acrescenta Leamer (2009), o PIB não é felicidade, mas, mesmo limitado a seu domínio material, exclui-se muita coisa que é valiosa e coloca muito do que realmente é indesejado.

Imagine, por exemplo, que o governo eliminasse toda a regulamentação ambiental; dessa forma, as empresas poderiam produzir mais bens e serviços sem levar em consideração a poluição que criariam, logo, o PIB cresceria. Entretanto, a deterioração na qualidade do ar e da água e a grande produção de resíduos mais do que compensaria negativamente o suposto ganho de bem-estar, em virtude da maior produção.

Por nos concentrarmos nas meras estatísticas do PIB e de outros indicadores monetários convencionais, nós falhamos na distinção entre os aspectos qualitativos do crescimento; crescimento saudável e não saudável, crescimento temporário ou sustentável. Nós não questionamos qual crescimento é realmente necessário, o que realmente é necessário para melhorar a nossa qualidade de vida (TIDEMAN, 2004, p. 228).

Somam-se a isso as limitações relacionadas a outros aspectos não inclusos no indicador, como capital intangível (inclusive o capital humano), lazer, distribuição de renda, custos do desemprego, economia informal, voluntariado, segurança nacional, liberdade e democracia, qualidade dos serviços públicos (como educação e saúde), dentre outros (BATES, 2009).

Ainda assim, como afirma Leamer (2009), certo ou errado, isso se tornou o padrão pelo qual se mede o tamanho e a saúde de um país, sendo que o crescimento negativo do PIB deve ser observado atentamente, pois significa um sintoma importante de doença econômica. Corroborando, Bates (2009) advoga que, embora limitados, os resultados do PIB não são tão enganosos a ponto de precisarem ser abolidos, mas que, pelo contrário, oferecem informações importantes sobre as nações.

Além do PIB, outros indicadores econômicos são comumente utilizados, como se sabe, pelas nações como, por exemplo, o PNB (Produto Nacional Bruto) – que representa a soma de todos os bens e serviços produzidos pelos residentes fixos de uma nação, normalmente em um ano. A partir do cálculo desse indicador, torna-se possível obter o PNL (Produto Nacional Líquido), que corresponde à renda total dos residentes de uma nação,

descontando-se as perdas com depreciação, ou seja, o PNL corresponde ao PNB descontado da depreciação do capital (MANKIWI, 1999).

Conforme supramencionado, o uso exclusivo desses índices, puramente quantitativos, como referência para a avaliação do desempenho de determinada região, levou a um descontentamento generalizado, haja vista a omissão de dimensões qualitativas, como o bem-estar. Este movimento implicou na ascensão de novos olhares e reflexões sobre o assunto, dos quais emanaram tentativas de aperfeiçoamento e aproximação com a realidade. Nesse contexto, é que emergem os referidos indicadores sociais, que visam, como demonstrado, à superação das limitações intrínsecas aos indicadores meramente “econômicos”.

De um ponto vista, aqui julgado como complementar, a Economia Psicopolítica visa oferecer um caminho epistêmico, teórico e metodológico, que supera a tradição dualista, ou seja, realiza a quebra da regularidade, que permite superar o axioma hobbesiano³. Ela também permite o aprofundamento teórico das grandes conquistas obtidas pelas economias políticas e pelos estudos culturais e socioculturais (OURIQUES, 2014).

Ainda de acordo com Ouriques (2014) em relação às economias políticas, a economia psicopolítica as ajuda a superar o impasse gerado por seu foco nas políticas de redistribuição, uma vez que não existem recursos naturais para universalizar os bens e serviços percebidos como desenvolvidos, e que tal padrão de produção e consumo não pode ser naturalizado como a condição humana; e aos estudos culturais e socioculturais, os ajuda a superar o seu foco nas políticas de identidade, que os coloca no impasse não resolvido de conseguirem transformar direitos sociais, políticos e culturais em direitos econômicos.

Através da proposta de uma abertura às epistemologias não-hegemônicas, a Economia Psicopolítica auxilia, como dito, acadêmicos, lideranças sociais e organizacionais a impedir o triunfo da devastação econômica e ambiental.

É a partir do conhecimento de como o axioma hobbesiano, e a correspondente financeirização do mundo (o capital fictício ao qual já se referia Karl Marx), instalam-se nos territórios mentais, ou seja, nos fluxos de pensamentos (racionalidades cognitiva, instrumental e axiológica), afetos (emoções e sentimentos), percepções (sensações e intuições) e volição, é que estamos construindo epistêmica, teórica e metodologicamente, e em

³ Segundo Ouriques (2014), conhecemos bem a imensa e crescente incapacidade atual das instituições de serem capazes de ajudar os sujeitos a lidar com suas vidas. Elas foram destruídas pelo axioma hobbesiano (ou seja, de que seríamos incapazes de superar a violência) vindo tanto das teorias sociais e metodologias de mudança, que o naturalizam, quanto do estado mental neoliberal cujo inimigo é o Estado enquanto moderador dos interesses hobbesianos.

rede, a economia psicopolítica tendo em vista sua capacidade de emancipação em tais ambientes resultantes da opressão e colonização dos territórios mentais (OURIQUES, 2014, p. 32).

5 A ECONOMIA PSICOPOLÍTICA E A ECONOMIA DA FELICIDADE: CONSUMO, FELICIDADE, CONCENTRAÇÃO DE RENDA E DEVASTAÇÃO DA NATUREZA

A Economia da Felicidade também analisa o papel do consumo na satisfação das pessoas. Como lembra Frey (2008), o dinheiro é valorizado pelo status que gera, principalmente porque permite a aquisição de mais bens materiais e serviços. No entanto, vários conceitos da psicologia desafiam a ideia de que mais consumo gera mais bem-estar.

Para o psicólogo agraciado com o Prêmio Nobel de Economia Daniel Kahneman (2012), o conceito de “ilusão de foco” (*focusing illusion*) é um conceito científico tão importante que deveria ser amplamente popularizado. Também conhecido como “focalismo” (*focalism*), esse conceito se refere a um viés cognitivo que ocorre quando muita atenção é dada a um único aspecto de uma situação, gerando uma previsão errada sobre o bem-estar futuro.

Um exemplo deste aspecto seria a satisfação obtida com o consumo de um bem material e, de maneira mais ampla, a satisfação de um indivíduo com a sua vida. A ilusão de foco seria uma das causas do que Wilson e Gilbert (2003) chamam de “erro de previsão afetiva” (*affective forecasting error*), que ocorre quando os indivíduos erram ao imaginar o seu futuro estado emocional – estado mental, diria Ouriques – e que pode ter como consequência más escolhas ou decisões (*miswanting*, no termo criado por Wilson e Gilbert). Tais conceitos explicariam por que o consumo de vários bens materiais não eleva necessariamente os níveis de felicidade: os indivíduos superestimam a importância que a aquisição de bens materiais, por exemplo, o carro do ano, terá em seu bem-estar.

Nesse sentido, André Lara Resende, em entrevista ao Estado de São Paulo (2014), criticou a ênfase dada a esse consumo: “já não faz mais sentido associar desenvolvimento exclusivamente ao crescimento e ao aumento do consumo material”. O economista considera que, ultrapassado um determinado nível de renda, “a qualidade de vida não está mais necessariamente associada ao consumo material”. Para ele, as políticas públicas devem ser revistas para que se alcance o bem-estar. Esta revisão não implica a escolha por menos crescimento, mas por “mudança na composição do produto, um aumento do

peso dos serviços – mais entretenimento, mais esporte, mais educação, mais saúde, mais música”, concluindo que as indústrias do setor de serviços liderarão o crescimento no futuro.

Numa vertente complementar, a Economia Psicopolítica alerta para as danosas consequências advindas do padrão de concentração de renda, lançando luz sobre os custos ambientais. Sobre a concentração de renda, ela mostra, de acordo com o relatório sobre riqueza global, *Global Wealth Databook 2015* do Banco *Credit Suisse*, que 2015 será lembrado como o primeiro ano da série histórica no qual a riqueza de 1% da população mundial alcançou a metade do valor total de ativos. Em outras palavras, como ela demonstra: 1% da população mundial, aqueles que têm um patrimônio avaliado em 760.000 dólares (2,96 milhões de reais), possuem tanto dinheiro líquido e investido quanto os 99% restante da população mundial. Essa enorme disparidade entre privilegiados e o resto da humanidade, longe de diminuir, continua aumentando desde o início da Grande Recessão, em 2008. A estatística do *Credit Suisse*, uma das mais confiáveis, deixa somente uma leitura possível: os ricos sairão da crise sendo mais ricos, tanto em termos absolutos como relativos, e os pobres, relativamente mais pobres.

No artigo de Ouriques (2014) intitulado “Sobre a Economia Psicopolítica”, o autor relata diversos conjuntos de dados que demonstram a degradação do meio ambiente correlacionada a diversos outros indicadores como os índices de temperatura média do hemisfério norte, população, concentração de CO₂, PIB, perda de florestas tropicais e bosques, extinção de espécimes, número de carros, uso de água, consumo de papel, exploração de pescados, perda de ozônio e investimento estrangeiro. Fora todos esses índices, Ouriques ainda compara os índices de pegada ecológica e a biocapacidade dos principais países industrializados, como os EUA, que mantêm seu padrão de produção e consumo obtendo a biocapacidade necessária por meio da retirada desta de outros países.

Cada vez menos recursos naturais e um futuro sombrio correspondente ao dos países amigos da América Latina, África e Ásia, cuja superação depende de que as ciências sociais avancem com base em nova episteme que aproxime a economia política da economia psíquica de maneira a que seja possível compreender o fenômeno da irracionalidade, das forças emocionais que obscurem a cognição e a volição, pois como dizia Mattelart em 2003, hoje a liberdade política não pode mais ser apenas o exercício da própria vontade mas precisa passar necessariamente pelo domínio do processo de formação da vontade (OURIQUES, 2014, pág. 37).

Portanto, a contribuição da Economia Psicopolítica está em propor, através do conhecimento da psicopolítica, uma via de emancipação dos estados mentais dos regimes de servidão. É a partir do conhecimento de como o axioma hobbesiano, e a correspondente

financeirização do mundo, instalam-se e são sustentados nos territórios mentais, ou seja, nos fluxos de pensamentos, afetos, percepções e volição, é que se pode construir epistêmica, teórica e metodologicamente, e em rede, a emancipação em tais ambientes de opressão e colonização dos territórios mentais (OURIQUES, 2009).

É neste sentido que é possível alinhar os fundamentos da Economia Psicopolítica com os da Economia da Felicidade. Ambas caminham em direção às epistemologias não-hegemônicas, cada qual utilizando diagnósticos promovidos pelas análises de dados empíricos e demais constatações objetivas a respeito das reais condições sociais, econômicas, políticas e ambientais que se vive.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vive-se, como demonstra a Organização Mundial da Saúde, numa era de alta ansiedade e depressão. A despeito da riqueza mundial sem precedentes, há uma vasta insegurança, inquietação e insatisfação. Nos EUA, por exemplo, uma grande maioria dos americanos acredita que o país está no caminho errado. O pessimismo está nas alturas, e o mesmo se dá em muitos outros países.

Diante desse contexto, é chegada a hora de se reconsiderar as fontes básicas de felicidade em nossa vida econômica. A incessante busca por mais renda está levando a uma desigualdade e ansiedade sem precedentes, em vez de a uma maior felicidade e satisfação com a vida. O progresso econômico é importante e pode de fato melhorar em muito a qualidade de vida, mas somente se for exercido em consonância com outras metas.

A questão que necessita ser examinada é como se alcançar a felicidade num mundo que está caracterizado pela rápida urbanização, mídia de massa, capitalismo global e degradação ambiental. Como que a vida econômica pode ser reordenada para recriar um senso de comunidade, confiança e sustentabilidade ambiental?

Primeiro não se deve denegrir o valor do progresso econômico. Quando as pessoas estão com fome, privadas das suas necessidades básicas, tais como água limpa, assistência médica e educação, e sem um emprego significativo, elas sofrem. O desenvolvimento econômico que mitiga a pobreza é um passo vital na promoção da felicidade.

Em segundo lugar, a incessante busca pelo aumento do PIB com a exclusão de outras metas também não é o caminho para a felicidade. Nos EUA, o PIB aumentou

agudamente nos últimos 40 anos, mas a felicidade não. Em vez disso, a obcecada busca pelo aumento do PIB gerou maiores desigualdades de riqueza e poder, impulsionou o crescimento de uma vasta subclasse, aprisionou milhões de crianças na pobreza, e provocou uma séria degradação ambiental.

Em terceiro, a felicidade é alcançada através de uma equilibrada abordagem à vida tanto pelos indivíduos quanto pelas sociedades. Como indivíduos, ficamos infelizes se nos forem negadas as necessidades básicas materiais, mas também ficamos infelizes se a busca por maiores rendas substitui nosso foco na família, amigos, comunidade, compaixão e na manutenção de um equilíbrio interior. Como sociedade, uma coisa é organizar as políticas públicas para manter os padrões de vida ascendentes, mas outra bem diferente é subordinar todos os valores da sociedade na busca do lucro.

Mesmo assim a política nos países dito desenvolvidos tem cada vez mais permitido que os lucros corporativos dominem todas as demais aspirações: a de justiça, confiança, saúde física e mental, e sustentabilidade ambiental. As doações feitas por corporações nas eleições cada vez mais corroem o processo democrático, com as bênçãos dos tribunais.

Em quarto, o capitalismo global apresenta muitas ameaças diretas à felicidade. Ele está destruindo o meio ambiente natural através da mudança climática e de outros tipos de poluição, enquanto que a incessante torrente de propaganda das indústrias mantém muita gente ignorante disso. Ele está debilitando a confiança social e a estabilidade mental, com a prevalência de depressão clínica aparentemente em ascensão. Os meios de comunicação em massa se tornaram meros pontos de venda para as mensagens corporativas, e com isso as populações sofrem de uma crescente gama de vícios consumistas.

Em quinto, para promover a felicidade, é preciso identificar os diversos fatores além do PIB que podem elevar ou baixar o bem-estar da sociedade. A maioria dos países investe para medir o PIB, mas despende pouco para identificar as fontes de uma saúde sofrível (como *fast-foods* e excesso de *smartphone*), de uma declinante confiança social e da degradação ambiental. Uma vez que compreendamos esses fatores, podemos agir de acordo.

A insana busca por lucros corporativos está ameaçando a todos. Na verdade, se deve apoiar o crescimento econômico e o desenvolvimento, mas somente num contexto mais amplo: que promova a sustentabilidade ambiental e os valores de compaixão e honestidade que são requeridos para a confiança social. A busca pela felicidade não deve ficar confinada àquele lindo reino montanhês do Butão.

Sobre a questão ambiental relatada na quinta seção desse artigo, observou-se que os países desenvolvidos, como os EUA, são um exemplo do que não fazer, porque produzem de forma totalmente insustentável. Assim sendo, o que, por exemplo, a economia verde e o desenvolvimento sustentável ensinam é que não é preciso passar por todo o processo que esses países desenvolvidos atravessaram, podendo ao contrário se queimar etapas usando tecnologia mais limpa, métodos mais limpos, menos recursos e, com isso, gerar menos poluição.

A Economia Psicopolítica alerta para a incapacidade epistêmica, sobretudo da teoria cultural hegemônica, bem como das economias políticas com sua meta desenvolvimentista, de lidar com as outras epistemes, como as indígenas, na medida em que estas falam frequentemente do lugar da Natureza como viva e, portanto, da verdade, entendida esta como a dos estados mentais coerentes com a condição comunicacional do sujeito.

Em outras palavras, uma perspectiva psicopolítica aberta epistemicamente à sedimentação das tradições permite a superação efetiva do privilégio epistêmico que move as teorias do progresso e a irresponsabilidade de seus resultados psíquicos, sociais e ambientais, apoiadas que são por sua replicação na Academia.

Olhar no espelho é ver o outro. Mas, como gerar o encontro do outro com si mesmo? A única forma é comunicacional, no encontro, no relacionamento, sem dualidade, trazendo a lume a condição humana que engendra o sentido, em última análise a felicidade. A forma de obter a reconciliação ontológica e epistemológica com o outro é o diálogo, é a singularidade interagindo com o universal, uma experiência. É esta que permite ao ser humano, em seu estado mental, retornar ao útero materno, a segurança e a proteção que a voz da mãe assegura, de modo a que, desta conversa psíquica, aflore o falar favorável do mundo, o *approbatio*, perfeita comunhão entre si e o outro (a distinção entre *je* e *moi* se desfaz). Em poucas linhas, este é o posicionamento de Evandro Ouriques.

Esse argumento abre frente para se aprofundar a convergência de tantas tentativas no mundo de renovar a teoria social de maneira que ela apresente outras configurações econômicas de se viver em alternativa ao padrão dito desenvolvido, que é o da exploração dos recursos naturais do outro, da acumulação através da despossessão do outro. Este outro que jamais poderá chegar a tal padrão simplesmente por não existirem recursos naturais para tal. Isso obriga à revalorização de todas as economias não-capitalistas existentes, como as economias camponesas, as economias indígenas e as economias solidárias construídas na gratidão, na reciprocidade e no respeito à Natureza.

Portanto, como sublinha Ouriques, há uma resistência epistemológica das ciências sociais em enfrentar os limites do que um dia na Grécia denominou como Natureza em oposição ao que nomeou Cultura, a face de Janus. A denominada Natureza não é morta e precisa-se aceitar que passamos faz muito tempo da contradição entre capital e trabalho para a contradição entre cultura e natureza, uma vez que tal enfrentamento implica necessariamente rever o fundamento epistêmico do Ocidente, baseado em que a liberdade estaria garantida por uma cultura que não seria limitada pela natureza sob forma alguma.

Consciente destes fatos, e de tantos outros conexos, a Economia Psicopolítica, com seu fundamento epistêmico não-dualista (na medida em que é o dualismo que prevaleceu no Ocidente a origem da fragmentação em todos os níveis e campos) está atenta em como a manipulação ocorre, com o fito de revertê-la. Assim sendo, ela foca na capacidade do sujeito, como agência, ser exemplo vivo em rede de uma nova maneira de pensar, de ser afetado, de afetar, de perceber e, portanto, de direcionar sua volição no modo como age, em rede, com a família, amigos, no trabalho, nas ruas e no mundo.

Destarte, construir, reconstruir e fortalecer instituições que ajudem de fato os sujeitos a lidar com suas vidas e mentalidades, depende diretamente que os sujeitos-agência superem psicopoliticamente em rede o axioma hobbesiano.

Neste sentido, a teoria econômica ortodoxa, por sua vez, oferece uma posição metodológica dualista onde, por exemplo, a Economia da Felicidade não encontra acolhimento. A fim de permitir o estudo de uma realidade social altamente complexa e dinâmica, o modo de pensar dualista se revela pobre e incompleto dado à existência de infinitos matizes de cores entre as pontas do espectro formado pelos fatos. A economia ortodoxa, claramente acostumada a empregar o modo de pensar dualista – que pode também ser classificado de cartesiano/euclidiano – para estudar os fenômenos econômicos, se revela sob uma intensa crise em sua matriz metodológica.

Nesta perspectiva, tanto nos cânones da Economia da Felicidade quanto nos da Economia Psicopolítica encontram-se, em ambas, complementaridades de grande valia para a construção de uma nova episteme relativa ao tratamento do consumo, da concentração de renda e da devastação do meio ambiente, o que irá permitir propor contribuições pela via transdisciplinar.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento econômico, sofisticação produtiva e valor-trabalho**. Working paper n. 450. FGV-SP, mar. 2017. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2017/308-Desenvolvimento-Economico-Sofisticacao-Produtiva-TD-450.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE. **Global Wealth Databook**, 2015. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us-news/en/articles/news-and-expertise/global-wealth-in-2015-underlying-trends-remain-positive-201510.html#targetText=Credit%20Suisse%20Wealth%20Report%202015&targetText=The%20analysis%20comprised%20the%20wealth%20holdings%20of%20204.8%20billion%20adults>. Acesso em: 30 nov. 2016.

BATES, Winton. Gross national happiness. **Asian-Pacific Economic Literature**, v. 23, n. 2, p. 1-16, 2009. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8411.2009.01235.x/pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

BIRMAN, Joel. A economia do gozo e os impasses da justiça: uma leitura psicanalítica da justiça. In: **Physis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, pp. 121-134, 1996.

FOLHA UOL. **FIB no Brasil**, São Paulo, 9 set. 2010. Disponível em: http://carreiras.folha.blog.uol.com.br/arch2010-09-05_2010-09-11.html. Acesso em: 25 nov. 2016.

FREY, Bruno S. **Happiness: A Revolution in Economics**. MIT Press, Cambridge, MA and London, UK, 2008, 240 p.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar**: duas formas de pensar. Tradução: Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LARA RESENDE, André. 'É preciso crescer com qualidade de vida', diz Lara Resende. [8 de março, 2014]. São Paulo: **O Estado de São Paulo**. Entrevista concedida a Alexa Salomão e Ricardo Grinbaum. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,e-preciso-crescer-comqualidade-de-vida-diz-lara-resende,179169e>. Acesso em: 30 nov. 2016.

LEAMER, Edward Emory. **Macroeconomic patterns and stories**: a guide for MBAs. Nova York: Springer Publications, 2009.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. Tradução Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MORIN, Edgar; FREITAS, Lima de; NICOLESCU, Basarab. Carta da Transdisciplinaridade. **Primeiro Congresso Mundial da Transdisciplinaridade**. Portugal: Convento da Arrábida, novembro de 1994. Disponível em: <http://cettrans.com.br/assets/docs/CARTA-DA-TRANSDISCIPLINARIDADE1.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

NERY, Pedro Fernando. Economia da Felicidade: Implicações para Políticas Públicas. Brasília: **Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado**, outubro/2014 (Texto para Discussão n.º 156). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td156>. Acesso em 31 out. 2016.

OURIQUES, Evandro Vieira. Território Mental: o nó górdio da democracia. **Democracia Viva**, n. 42, pp. 76-81, maio/2009.

OURIQUES, Evandro Vieira. Epistemologías pré-hispánicas de América Latina y cambio psicosocial: el caso de los conceptos Derecho a la Comunicación y Desarrollo Mediático. in **Revista Folios** 24, Abril, 2011. Universidad de Antioquia: Colombia.

OURIQUES, Evandro Vieira. Sobre a Economia Psicopolítica. **Ofícios Terrestres**, n. 31, pp. 30-48, julho/dezembro, 2014.

OURIQUES, Evandro Vieira. A psicopolítica como renovação da teoria social e da filosofia. In: ROJAS, Carlos Del.Valle; ECHETO, Víctor Silva. (Eds.). **Crisis, comunicación y crítica política**. Quito: Ciespal, 2017a. Cap. 3, pp. 310-341.

OURIQUES, Evandro Vieira. **Teoria psicopolítica**: emancipação dos Aparelhos Psicopolíticos da Cultura. Colección Teoría Psicopolítica. Volumen I. Co-edición Universidad de La Frontera, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidad Nacional de La Plata, Universidade do Porto y Universidad de Groningen, 2017b.

POULAIN, Jacques. **Sobre la capacidad de juzgar**. Colección Teoría Psicopolítica. Volumen II. Co-edición Universidad de La Frontera, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidad Nacional de La Plata, Universidade do Porto y Universidad de Groningen, 2017.

REICH, Wilhelm. **Psicologia das massas do fascismo**. Martins Fontes: São Paulo, 1988.

SOMMERMAN, Américo. Pedagogia da alternância e transdisciplinaridade. In: Pedagogia da Alternância: **I Seminário Internacional**. Salvador, 3-5 nov.1999. Disponível em: <http://cetrans.com.br/assets/textos/pedagogia-da-alternancia-e-transd.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

TIDEMAN, Sander G. Gross national happiness: towards a new paradigm in economics. In: URA, Dasho Karma; GALAY, Karma. (Eds.). **Gross national happiness and development**. Butão: The Centre for Bhutan Studies, 2004. Disponível em: <http://www.bhutanstudies.org.bt/pubFiles/Gnh&dev-10.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

WILSON, Timothy D.; GILBERT, Daniel T. Affective Forecasting. **Advances in Experimental Social Psychology**, v. 35, p. 345-411, 2003.

NOTAS

Marcelo de Carvalho Azevedo Anache

Doutor em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (UFRJ)
Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração de Empresas (FCCA)
da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques (FTESM), Rio de Janeiro, Brasil
anache1976@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-8291-576X>

Luiz da Costa Laurencel

Doutor em Engenharia de Produção (UFRJ)
Professor Associado da Faculdade de Administração e Finanças (FAF)
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil
luizlaurencel@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-6167-5648>

Endereço de correspondência do principal autor

Rua Eurico Cruz, n. 28, apto. 4, Jardim Botânico, CEP: 22461-200, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: M. C. A. Anache; L. C. Laurencel

Coleta de dados: M. C. A. Anache

Análise de dados: M. C. A. Anache; L. C. Laurencel

Discussão dos resultados: M. C. A. Anache; L. C. Laurencel

Revisão e aprovação: M. C. A. Anache; L. C. Laurencel

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Javier Ignacio Vernal e Silmara Cimbalista

HISTÓRICO

Recebido em: 02-09-2019 – Aprovado em: 28-03-2020 – Publicado em: 30-04-2020

